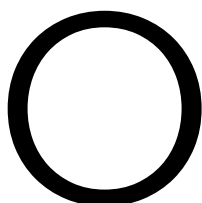


EDITORIAL

Editorial

Natália Bolfarini Tognoli¹ 

Anderson Berbesi² 



primeiro volume de 2026 da *Officina* reúne dois temas que vêm ganhando relevância crescente no debate arquivístico brasileiro: os impactos das mudanças climáticas sobre os arquivos e o reconhecimento do papel dos arquivos comunitários na preservação da memória e na promoção da justiça

social.

Diante da intensificação de eventos climáticos extremos e de seus efeitos sobre os arquivos, o artigo “Gestão de riscos em arquivos: análise do risco de inundação por enchente a partir do caso do Departamento de Arquivo Geral da UFSM”, de Dhion Carlos Hedlund e Bianca Daniele Fagundes

¹ Professora adjunta no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente permanente no Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (PGMA/FCRB) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Editora-chefe da *Knowledge Organization Journal* e editora científica da revista *Officina*. Líder do grupo de pesquisa “Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento”. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq nível 2. E-mail: nataliatognoli@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5668344562019395>.

² Doutorando e Mestre em Ciência da Informação (2026) pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Central da Venezuela (2023). Membro do grupo de pesquisa “Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento”. E-mail: aberbesi@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614239456054038>.



Rodrigues, evidencia a urgência de incorporar a gestão de riscos às práticas arquivísticas. A partir da análise do risco de inundação em uma instituição específica, os autores defendem a necessidade de revisar os modelos de classificação de riscos e elaborar planos de gerenciamento de riscos adaptados às particularidades de cada contexto institucional.

Se os desafios impostos pelas mudanças climáticas evidenciam a vulnerabilidade dos acervos e a necessidade de fortalecer estratégias de preservação e de gestão de riscos, o dossiê dedicado aos arquivos comunitários amplia esse debate ao destacar a centralidade das comunidades na produção, preservação e reivindicação de memórias historicamente silenciadas. Em comum, ambos os temas reafirmam o compromisso contemporâneo da Arquivologia com a proteção do patrimônio documental, a valorização da diversidade de sujeitos e de narrativas e a promoção da justiça social.

A publicação do dossiê temático "Arquivos comunitários em debate: tensões e perspectivas" marca um momento particularmente significativo para a Arquivologia brasileira. Nas últimas décadas, os arquivos comunitários deixaram de ocupar uma posição periférica nos debates internacionais para consolidarem-se como um campo emergente de investigação, prática política e formulação crítica sobre memória, identidade e representação social.

Mais do que um novo objeto de estudo, os arquivos comunitários têm contribuído para problematizar pressupostos historicamente naturalizados na Arquivologia, abrindo espaço para reflexões sobre os limites e os alcances de teorias, conceitos e práticas frequentemente concebidos como universais e atemporais. Ao evidenciar experiências situadas e contextuais de produção, preservação e uso da memória, essas iniciativas ampliam as formas de compreender a ação arquivística em relação às práticas comunitárias e convidam à revisão de categorias fundamentais, como documento, prova, autenticidade e representação. Nesse processo, não apenas transformam práticas profissionais, mas também estimulam debates de natureza teórica, epistemológica, ontológica e ética sobre o próprio campo arquivístico, que vem redefinindo a prática arquivística em nível internacional e local.

No Brasil, de forma particular, embora esse debate ainda seja relativamente recente, observa-se uma expansão consistente das pesquisas, das experiências comunitárias e das disputas conceituais e normativas em torno da categoria "arquivo comunitário", especialmente nos últimos cinco anos.



Esse movimento ganhou novo impulso a partir da promulgação do Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, que altera o Decreto nº 4.073/2002 — regulamentador da Lei nº 8.159/1991 — e insere, pela primeira vez, o termo “arquivos comunitários” no escopo da política nacional de arquivos públicos e privados. A inclusão da categoria no texto normativo representa um marco político e institucional relevante, mas também desencadeou intensos debates entre órgãos públicos, associações profissionais, pesquisadores e movimentos sociais. Em torno dessa incorporação, emergem questões fundamentais: quais são os limites e as implicações da institucionalização dos arquivos comunitários? De que maneira o reconhecimento estatal pode fortalecer — ou tensionar — a autonomia das comunidades? Como evitar que categorias historicamente insurgentes sejam absorvidas por estruturas burocráticas que, muitas vezes, reproduzem desigualdades históricas de representação e de poder? Como construir práticas arquivísticas situadas que, a partir de perspectivas éticas e afetivas, respeitem os interesses, saberes e formas de organização das comunidades sem reproduzir relações de tutela, paternalismo ou controle?

A centralidade dessas discussões também ficou evidente na formulação do sexto eixo temático da *2ª Conferência Nacional de Arquivos (CNArq)* intitulado “Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social”. O próprio destaque conferido ao tema na conferência demonstra que os arquivos comunitários já não podem ser compreendidos como fenômenos marginais ou episódicos, mas, sim, como parte constitutiva das disputas contemporâneas sobre memória, cidadania, direitos humanos e políticas públicas arquivísticas.

Paralelamente, o tema vem se consolidando nos espaços acadêmicos e de articulação científica. O *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, realizado anualmente na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), tornou-se um importante fórum de interlocução entre pesquisadores, arquivistas, bibliotecários, museólogos, movimentos sociais e iniciativas autônomas de memória. Foi também nesse espaço que se constituiu a Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social, iniciativa que expressa o fortalecimento de uma agenda de pesquisa transnacional comprometida com abordagens críticas, decoloniais e socialmente engajadas da Arquivologia.

É nesse contexto político, científico e social que este dossiê se insere. Mais do que reunir estudos sobre experiências específicas, os trabalhos aqui publicados revelam a diversidade



epistemológica, metodológica e territorial dos debates contemporâneos sobre arquivos comunitários. As contribuições evidenciam tensões entre institucionalização e autonomia, ampliam reflexões conceituais, problematizam categorias tradicionais da Arquivologia e demonstram como práticas documentais produzidas por grupos historicamente marginalizados vêm redefinindo as próprias noções de arquivo, organicidade, custódia, acesso e memória.

Abrindo a seção de artigos inéditos, *“How to Understand Community Archives in Poland: Research Contexts and Challenges”*, de Magdalena Wiśniewska-Drewniak, oferece uma importante perspectiva internacional ao discutir o contexto de desenvolvimento dos arquivos comunitários na Polônia. A autora articula transformações recentes da Arquivologia polonesa, a virada afetiva nos estudos arquivísticos e os desafios metodológicos do projeto de pesquisa *“The impact of independent community archives”*, em andamento desde 2023. O texto contribui para ampliar o diálogo entre experiências locais e debates globais, destacando a necessidade de compreender os arquivos comunitários a partir de suas especificidades históricas, culturais e políticas.

Na sequência, *“Arquivos comunitários e populares: reflexões conceituais e propostas de definição”*, de Thamires Ribeiro de Oliveira e Jean Camoleze, aprofunda o debate terminológico e epistemológico em torno das categorias “arquivo comunitário” e “arquivo popular”. Fundamentado na literatura crítica internacional e na análise de iniciativas vinculadas à Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais, o artigo demonstra que ambas as categorias emergem como práticas autônomas de produção documental voltadas à preservação da memória e à ampliação de direitos, ainda que apresentem ênfases distintas em identidade, território, representatividade e organização política.

Em *“O arquivo comunitário como resultado da organização coletiva em contextos de marginalização: um olhar sobre o acervo do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará”*, Mônica Tenaglia, Ana Beatriz Progênio Brito, Adriana Monteiro da Costa, Mônica Cristina Henderson de Sousa e Thania Cristina da Silva Costa analisam a constituição e preservação de um acervo que documenta trajetórias historicamente invisibilizadas. Ao evidenciar práticas de mobilização social, ações políticas e estratégias de fortalecimento da cidadania, o estudo reafirma os arquivos comunitários como espaços de resistência, de autorrepresentação e de valorização das memórias coletivas.



O quarto artigo, intitulado "Outro arquivo é possível: dinâmicas documentais de comunidades quilombolas", de Jefferson Higino da Silva e Luciane Paula Vital, propõe uma reflexão crítica sobre os processos documentais produzidos por comunidades quilombolas brasileiras. Ao analisar documentos vinculados aos processos de reconhecimento étnico e de titulação territorial, os autores demonstram que tais registros ultrapassam funções meramente administrativas, configurando-se como instrumentos de identidade, resistência e justiça social. O artigo tensiona modelos arquivísticos centrados e reivindica uma Arquivologia mais conectada às práticas sociais comunitárias.

Em seguida, "Repensando a organicidade a partir dos arquivos comunitários", de Kíssila da Silva Rangel, revisita criticamente um dos conceitos estruturantes da disciplina arquivística. Ao deslocar a organicidade das bases estritamente jurídico-administrativas para uma perspectiva relacional fundada no pertencimento, na continuidade simbólica e na experiência social compartilhada, o artigo propõe uma ampliação conceitual que reconhece a legitimidade arquivística de acervos constituídos em contextos comunitários e insurgentes.

A experiência de criação e consolidação do *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, realizado desde 2024 pelos grupos de pesquisa "Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento" e "Arquivos, Acesso e Informação", da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), é apresentada no artigo "O *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social* e a criação da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social", de Natália Tognoli, Lucia Maria Velloso de Oliveira e Bianca Therezinha de Carvalho Panisset. As autoras analisam o processo de construção desse espaço de diálogo entre universidade, instituições de memória e comunidades, destacando seu papel na promoção de debates sobre arquivos, cultura, identidade e justiça social. O texto evidencia como essas articulações contribuíram para a criação da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social.

Encerrando a seção de artigos inéditos, o texto "Cartografia da produção científica brasileira em torno dos arquivos comunitários: análise nas bases de dados em Arquivologia e em Ciência da Informação", de Ana Cláudia Cruz Córdula, Carla Maria de Almeida e Gabriela Borba de Araújo Lima, apresenta um panorama da produção científica brasileira sobre o tema. O estudo evidencia o



crescimento expressivo das pesquisas a partir de 2022 e destaca o fortalecimento de abordagens críticas, decoloniais e voltadas à justiça social, bem como o surgimento de discussões sobre tecnologias digitais, preservação digital e curadoria algorítmica.

Na seção “Arquivo em Debate”, o ensaio “Arquivos comunitários sem comunidades: uma reflexão a partir da periferia”, de Anderson Berbesi, problematiza os riscos da apropriação institucional de arquivos comunitários sem o efetivo protagonismo das comunidades envolvidas. O texto tensiona criticamente as imposições normativas e questiona práticas arquivísticas dissociadas das experiências sociais concretas que dão origem aos acervos.

Já em “O rastro nos documentos: uma apresentação do Armazém Memória à luz da crônica ‘*El rastro en los huesos*’, de Leila Guerriero”, Helena Capriglione Zelic recupera a trajetória do Armazém Memória e a atuação de Marcelo Zelic na construção de políticas de memória, verdade, justiça e reparação no Brasil. O texto demonstra como práticas heterodoxas de investigação, digitalização e articulação em rede podem constituir importantes estratégias de enfrentamento ao memoricídio e às violências de Estado.

O dossiê encerra-se com a tradução de “Conectando comunidades às suas memórias: uma comparação de arquivos comunitários em cinco países”, de Andrew Flinn, Magdalena Wiśniewska-Drewniak, Monica Tenaglia, Mengqui Li e Luisa Seixas. A tradução amplia o acesso do público lusófono a debates internacionais fundamentais sobre memória comunitária, participação social e diversidade de experiências arquivísticas em distintos contextos nacionais.

Ao reunir contribuições nacionais e internacionais, este dossiê evidencia que os arquivos comunitários não constituem apenas um novo objeto de pesquisa, mas também um campo de disputas políticas, epistemológicas e éticas que desafia os próprios fundamentos da Arquivologia. As experiências aqui apresentadas demonstram que a produção, preservação e circulação de documentos por comunidades historicamente marginalizadas tanto reivindicam reconhecimento institucional quanto transformam as maneiras pelas quais compreendemos a memória, o arquivo, o patrimônio e a justiça social.

Esperamos que este conjunto de trabalhos contribua para ampliar o debate sobre os arquivos comunitários no Brasil e na América Latina, estimulando reflexões críticas sobre as relações entre memória, poder, representação e justiça social. Mais do que oferecer respostas definitivas, os textos aqui reunidos convidam a repensar os próprios limites da Arquivologia e os modos pelos quais



comunidades, instituições e profissionais constroem, negociam e disputam os sentidos do arquivo no presente.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

